

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Fabricia de Cassia Grou de Paula

E-mail: fabriciagrou@gmail.com

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil da Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Submetido: 21/01/2021

Aprovado: 05/02/2021

Publicado: 16/07/2024

doi 10.20396/rho.v24i00.8664044

e-Location: e024030

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

PAULA, F. de C. G. de;
VASCONCELO, M. Debate sobre o ensino religioso: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Revista HISTEDBR On-line,
Campinas, SP, v. 24, p. 1-5, 2024.

DOI:

10.20396/rho.v24i00.8664044.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664044>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



MALVEZZI, M. C. F. **O Ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular:** contribuições para o debate. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

DEBATE SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)



Lattes

Fabricia de Cassia Grou de Paula*

Centro Municipal de Educação Infantil da Universidade Estadual de Maringá



Lattes

Mônica Vasconcelo**

Colégio Estadual Marco Antônio Pimenta

A tese intitulada “O ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular: contribuições para o debate”, defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM), é uma obra que analisa a tensão entre a laicidade do Estado brasileiro e a permanência do Ensino Religioso na escola pública. Trata-se de um estudo documental e bibliográfico. A autora levanta a hipótese de que uma das finalidades da manutenção do Ensino Religioso no currículo escolar é desviar o foco dos reais problemas estruturais da educação, os quais colaboram com a miséria, a marginalização e a falta de perspectiva política para os mais pobres.

Meiri Cristina Falcioni Malvezzi se graduou em Pedagogia no ano de 2010 pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É mestra (2012) e doutora (2019) em Educação pela mesma universidade sob a orientação do professor Doutor Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Sua experiência em administração escolar e na docência nos anos iniciais do ensino fundamental contribuiu para o desenvolvimento de diversas pesquisas no campo educacional. Suas publicações tratam dos seguintes temas: História da Educação Brasileira; Legislação e Políticas Educacionais; Ordenamento Curricular; Laicidade do Ensino Público. Atualmente, trabalha como Pedagoga na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF/PR). A autora é pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião e Educação na Modernidade.

A tese está organizada em cinco seções: 1) Introdução, 2) A religião na esfera pública, 3) A religião no debate educacional, 4) O ensino religioso no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, 5) Conclusão. A tese finaliza com as referências utilizadas na pesquisa.

Na primeira seção, a Introdução, a autora destaca que o estudo conta com a análise da legislação referente ao Ensino Religioso na escola pública, além de dados disponibilizados pelo MEC no Portal da BNCC e de bibliografias sobre o assunto. O aporte teórico que fundamenta as análises se baseia nas contribuições do filósofo alemão Jürgen Habermas, “[...] que discute temas relacionados à democracia, à educação, à diversidade cultural e à racionalidade, está atrelada ao uso da linguagem” (Malvezzi, 2019, p. 16). Na sequência, a autora sintetiza o conteúdo abordado em cada uma das seções.

A segunda seção analisa o papel do Estado na garantia da liberdade de consciência e de crença de seus cidadãos, bem como na prevenção da violação dos direitos humanos, especialmente no que se refere ao princípio da laicidade instituído com a implantação do regime republicano. Por meio de uma revisão de literatura vinculada ao Ensino Religioso na escola pública brasileira, Malvezzi busca identificar como a laicidade do ensino público tem sido interpretada no ambiente acadêmico. Para tanto, reuniu uma série de trabalhos científicos, publicados entre os anos de 2012 a 2016. O levantamento foi feito na base de dados do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER). Trata-se de um grupo que defende a construção do Ensino Religioso como área de conhecimento e busca ampliar os estudos acadêmicos para a identidade pedagógica do componente curricular nas escolas públicas e privadas. Em seguida, o estudo recorre à análise habermasiana sobre as transformações

culturais que aconteceram na Europa a partir do desenvolvimento do capitalismo nos séculos XVII e XVIII. As bases do princípio de laicidade foram construídas no século XVIII, no período da Revolução Francesa.

A partir da seleção de alguns trabalhos na base de dados do GPER foi possível conhecer os argumentos mais apresentados pelos autores que defendem a permanência do Ensino Religioso no currículo escolar, além dos problemas mais comuns enfrentados na prática desse ensino e na prevenção da laicidade. A autora organizou os títulos dos trabalhos selecionados em tabelas, separadas por ano, destacando os temas discutidos.

Nos trabalhos da tabela 1 (2012) pode-se verificar que a questão da laicidade do ensino público é mais debatida de forma crítica por pesquisadores contrários à presença do Ensino Religioso na escola pública, geralmente, não vinculados a instituições ou associações civis ligadas a alguma confissão religiosa. Enquanto os autores favoráveis à manutenção do componente curricular, comumente, focam o debate nas questões vinculadas ao respeito, à diversidade cultural e religiosa, à tolerância e a formação de valores religiosos. Além disso, a autora também constatou práticas proselitistas, a utilização de recursos públicos em associações civis, sem fins lucrativos, ligadas a confissões religiosas e a predominância do cristianismo nas atividades escolares.

Na tabela 2 (2013) os trabalhos apresentados no CONERE (VII Congresso Nacional de Ensino Religioso) ressaltam a falta de formação dos professores para o Ensino Religioso e temas relacionados à diversidade cultural brasileira, bem como ocorrências de racismo, preconceito, discriminação e intolerância cometidas principalmente contra as religiões de matriz africana.

Na tabela 3 (2014) o SEFOPER (XIII Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso) aponta questões similares às aquelas discutidas no CONERE do ano anterior, “[...] a saber, a falta de professores qualificados para a docência do Ensino Religioso e a escassez de material didático que contemple a diversidade cultural brasileira, especialmente das religiões afro-brasileiras e indígenas” (Malvezzi, 2019, p. 30). É consenso entre os autores a permanência da disciplina como apropriado componente curricular para a promoção da cidadania e o desenvolvimento de uma cultura de paz, apresentado como subsídios necessários para a superação do modelo doutrinário.

Os artigos da tabela 4 (2015) assinalam situações já apresentadas nos anos anteriores, como o predomínio da perspectiva cristã nas aulas de Ensino Religioso, desrespeito ao princípio de laicidade, ausência de conteúdos concernentes às religiões de matriz africana e a falta de material didático que contemple a diversidade religiosa brasileira.

Por último, a tabela 5 (2016) não difere dos temas debatidos nos anos anteriores. “Alguns trabalhos apresentam constatações de proselitismo nas aulas de Ensino Religioso, desrespeito à diversidade religiosa e falta de formação apropriada para a docência do componente curricular” (Malvezzi, 2019, p. 38). A concepção de laicidade na maioria dos artigos é preservada na medida que em considera o Ensino Religioso ensinado na perspectiva

da Ciência das Religiões como antídoto para o combate ao preconceito e à intolerância, já que possibilita uma educação democrática, inclusiva e emancipatória, promovendo a formação cidadã e a reflexão crítica.

As análises de Habermas sobre o “público” e o “privado”, na obra *Mudança Estrutural*, apontam o século XVII como marco das mudanças que ocorreram nas relações sociais, políticas e econômicas em razão da formação da sociedade civil burguesa, “[...] que se constituiu como setor privado contraposto ao poder público estatal. Essas mudanças se delinearão mediante a passagem do modelo de economia doméstica para economia política” (Malvezzi, 2019, p. 45). Nesse contexto, a separação entre o Estado e a Igreja tornou-se imprescindível frente à nova ordem estabelecida. O pensamento habermasiano quanto à atuação da Igreja é claro ao defender a supremacia do Estado em relação às normas religiosas: “[...] são os cidadãos religiosos que devem praticar as obrigações normativas do Estado, mantendo uma conduta democrática” (Malvezzi, 2019, p. 88).

Na terceira seção a pesquisadora analisa a origem da instrução pública na França apontando os elementos que serviram de base para a construção da escola pública no Brasil após a implantação da República. Discute temas como o princípio de laicidade e a exclusão e reintegração do Ensino Religioso na escola pública brasileira, considerando alguns dispositivos legais: Decreto n.119-A, de 1890, Constituição Federal de 1934 e de 1988 e a LDB de 1996. Também há um debate em torno do caráter confessional do Ensino Religioso. O tema ganhou força com o Acordo Diplomático firmado entre o Estado brasileiro e a Santa Sé, por ocasião da visita do presidente Lula a Roma, no ano de 2008.

Na quarta seção a tese analisa o processo de construção coletiva da BNCC, especialmente no que se refere ao Ensino Religioso. Identifica, por meio de relatórios analíticos, pareceres dos leitores críticos, tabelas e gráficos em que medida essa participação pode ser considerada efetiva, ou seja, real, para o processo de construção dos objetivos e conteúdos do Ensino Religioso na BNCC.

No processo de construção da BNCC participaram a comunidade acadêmica, especialistas convidados pelo MEC, equipes pedagógicas das Secretarias de Educação e toda a sociedade, por meio de um Portal eletrônico disponibilizado pelo Ministério. A respeito a essa participação tida como democrática, a autora afirma que não passou “[...] de uma mera formalidade, apesar da boa vontade de parcelas da sociedade que se empenharam enviando contribuições” (Malvezzi, 2019, p. 196). Por meio de dados analisados, enfatiza que as contribuições enviadas ao Portal da Base são insuficientes e não possibilitam uma análise conclusiva sobre o apoio ou a rejeição da sociedade brasileira ao Ensino Religioso nas escolas públicas; soma-se a isso a falta de transparência do MEC quanto à publicação de um relatório que, de fato, comprovasse o impacto das contribuições da sociedade na “construção coletiva” da BNCC e a interferência de setores empresariais e grupos religiosos no campo educacional.

A autora na última seção apresenta uma robusta conclusão, na qual denuncia os arranjos institucionais político-religiosos para que o Ensino Religioso viesse a atuar como reforço para desqualificar o ensino público, justamente porque poderiam ser destinadas verbas a outros setores da educação e que ainda escamoteia os problemas maiores da educação. O forte poder da Igreja Católica no campo educacional, o objetivo de manutenção do *status quo* pela via da religião, a intenção da BNCC de legitimar a realidade e a falsa interação comunicativa na construção da BNCC foram questões levantadas pela autora. A seção termina criticamente ao dizer que as escolas públicas não são espaços para o desenvolvimento de atividades religiosas, visto que existem templos religiosos com garantias constitucionais para tal função. A autora da pesquisa defende por fim, a exclusão do Ensino Religioso como componente curricular das escolas públicas por meio de emenda constitucional.

A pesquisa constitui uma importante contribuição para as áreas da educação e da história no Brasil. A autora apresenta uma análise consistente e bem documentada, alicerçada em um amplo e respeitado referencial teórico, que nos permite refletir sobre a religião nas escolas públicas brasileiras enquanto instrumento de controle e artifício para desviar o foco dos reais problemas estruturais da educação e da sociedade. Desse modo, a tese em questão constitui-se como destacada referência aos pesquisadores que estudam educação, religião e a escola pública e sua política educacional.

REFERÊNCIAS

MALVEZZI, M. C. F. **O Ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular: contribuições para o debate.** 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2019. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Educadora Infantil no Centro Municipal de Educação Infantil da Universidade Estadual de Maringá. Contato: fabriciagrou@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Pedagoga do Colégio Estadual Marco Antônio Pimenta. Contato: profmonica@yahoo.com

COMO CITAR ABNT:

PAULA, F. de C. G. de; VASCONCELO, M. Debate sobre o ensino religioso: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-5, 2024.

DOI: 10.20396/rho.v24i00.8664044. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664044>. Acesso em: 16 jul. 2024.